



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

|                              |                                                 |
|------------------------------|-------------------------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 6058/989/16                                     |
| <b>Poder</b>                 | LEGISLATIVO                                     |
| <b>Município</b>             | Palestina                                       |
| <b>Entidade</b>              | CÂMARA MUNICIPAL DE PALESINA                    |
| <b>Período</b>               | 06/2017                                         |
| <b>Relator</b>               | Dr. Robson Marinho                              |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO |
| <b>Responsável</b>           | CLEONICE ALVES GOMES                            |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL                  |
| <b>CPF</b>                   | 063.772.068-79                                  |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2017 a 31/12/2018                         |

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal    | RCL               | % Gasto | % Ref.  |
|---------|------------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2017  | R\$ 1.074.446,07 | R\$ 35.069.660,55 | 3,0637% | 3,0637% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,0637%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

|                                                     |                 |
|-----------------------------------------------------|-----------------|
| Disponibilidade Financeira no final do período      | R\$ -12.410,90  |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até o período           | R\$ 0.00        |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período       | R\$ 19.178,43   |
| (-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar           | R\$ 108.830,10  |
| (=) Liquidez do Período                             | R\$ -140.419,43 |
| (+) Saldo da Receita Prevista a Realizar            | R\$ 907.000,00  |
| (-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar          | R\$ 766.580,57  |
| (-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar | R\$ 0.00        |
| (=) Liquidez Projetada                              | R\$ 0,00        |

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 69,89%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

|                                                      |                |
|------------------------------------------------------|----------------|
| Repasse total da Prefeitura                          | R\$ 639.000,00 |
| Despesas com inativos e pensionistas                 | R\$ 0,00       |
| Despesas com folha de pagamento                      | R\$ 446.592,37 |
| <b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>   | <b>69,89%</b>  |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00%         |

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

|                                                   |                   |
|---------------------------------------------------|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior | R\$ 29.084.236,77 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores       | R\$ 213.968,94    |
| Limite art.º 29-A da CF/88                        | 5,00%             |
| <b>Apuração do limite</b>                         | <b>0,74%</b>      |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,74%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

|                                                |                   |
|------------------------------------------------|-------------------|
| População do Município (*)                     | 12388             |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior | R\$ 29.084.236,77 |
| Percentual Máximo Permitido                    | 7,00%             |
| Valor Permitido para Repasses                  | R\$ 2.035.896,57  |
| Total de Despesas do exercício                 | R\$ 779.419,43    |
| Percentual Apurado                             | 2,68%             |

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,68%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 19/08/2017  
**Hora da Geração:** 02:09:57

